

O SUJEITO EM LÊNIN E GRAMSCI: O LUGAR E O MÉTODO NA FORMAÇÃO POLÍTICA

SUBJECT IN LENIN AND GRAMSCI: THE PLACE AND METHOD IN
EDUCATION POLICY

Douglas Marques¹

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade apresentar alguns pressupostos teóricos e o lugar do processo de formação política do sujeito no contexto de duas experiências significativas durante as duas primeiras décadas do século XX: a Revolução Russa e a constituição do Regime Fascista na Itália. Compreende-se a necessidade de problematizar o *mediador* entre o sujeito e a sua formação. Assim, em Lênin, temos o lugar do partido; já em Gramsci, o espaço da Hegemonia. Ao primeiro autor, busca-se a implicação e o lugar da ‘força externa’ que determina a *consciência do amanhã* do sujeito. Já, para o segundo autor, vislumbramos a possibilidade da formação político-pedagógica do sujeito por meio da arte da previsão.

Palavras-chave: Formação política. Sujeito. Lênin. Gramsci.

ABSTRACT

The present article has as finality presents some theoretical presuppositions and the place of the process of political formation of the subject, in the context of two significant experiences during the first two decades of the century XX: the Russian Revolution and the constitution of the Fascist Regime in Italy. It understands – if the necessity of problematize the mediator between the subject and his formation. So, in Lênin, we have the place of the party; already in Gramsci, the space of the Hegemony. To a first author, search - if the implication and the place of the ‘extern force’ that determines the conscience of tomorrow of the subject. Already, for the second author, we glimpse the possibility of the formation politician – pedagogic of the subject through the art of the foresight.

Keywords: Political formation. Subject. Lênin. Gramsci.

¹ Assistente Social. Mestrando em Inclusão Social e Acessibilidade pela Universidade Feevale. Especialista no Pensamento Marxista pela Faculdade Porto Alegre – FAPA. Graduado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. *E-mail:* douglas.sersocial@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge em meio ao desafio contemporâneo que se refere à formação política do sujeito. A fim de encontrar pressupostos e ‘um lugar’ que servisse de alento a esse desafio, aqui nos são apresentadas duas experiências significativas de formação política: a primeira, pelo prisma de Lênin, durante a Revolução Russa. A segunda, por Gramsci, durante a constituição do Regime Fascista na Itália. Cabe o recorte da dimensão política do sujeito, dado que o desafio da formação está mergulhado em um desafio anterior: como possibilitar ao sujeito a vivência político-pedagógica durante sua *formação*? As hipóteses preliminares levam-nos a um viés da necessidade de uma teoria externa, ‘fora’ do movimento, doutrinária e que determina a *consciência do amanhã* do sujeito. Essa hipótese é creditada à intervenção de Lênin. Na intervenção de Gramsci, temos a hipótese que nos leva a supor uma formação político-pedagógica que dá lugar à espontaneidade, incorpora a dúvida quanto ao futuro e tem na previsão a arte da administração dos processos e dos recursos. O percurso metodológico deu-se por meio da revisão de literatura dos escritos e textos, que trata da formação política do sujeito, dos autores supracitados, bem como a apreensão teórica do contexto sócio-histórico onde ocorreram suas intervenções.

Como primazia a este breve ensaio acerca da formação política do sujeito a partir da concepção de homem e de mundo de Lênin e Gramsci, cabem algumas elementares ponderações que fecundam a sua formulação teórica.

A sugestão desta breve introdução como *força externa e centralismo doutrinário* como método e tática utilizados por Lênin deve ser considerada a partir de algum elemento sócio-histórico e político. É necessário considerar que a tentativa de Lênin de mobilização da classe operária na Rússia se dá sob forte estrutura e centralização desse Estado, que, sob o regime dominador de Czar, silenciava qualquer tentativa ou espaço de vivência política. Para além, nas últimas duas décadas do século XIX, ainda não existiam na Rússia sindicatos e partidos operários, somente alguns grupos marxistas. Esses últimos, na primeira década do século XX, pertenciam a uma corrente denominada de *economicistas* (LUPPI, 1978, p. 34).

A análise de Lênin não perdia de vista a incapacidade de organização das massas, formada, na sua ampla maioria (superior a 80%), por camponeses, que, aos olhos do líder, não podia se tornar a vanguarda no processo revolucionário. O processo de consciência da luta de classe era um caminho que, antes, deveria ser apontado, pois

Lênin não acreditava na *espontaneidade* que surgia durante o movimento das massas, que este (tão somente o movimento) daria conta de levar a massa à *consciência de amanhã*.

Os aspectos políticos *versus* econômicos eram vistos de forma inconciliável na tentativa de formação da consciência de classe. Para Lênin, a luta política estava articulada junto à burguesia. Já às massas somente era possível a luta *imediatista – econômica* - na relação operário *versus* patrão. A pergunta que Lênin sugere é: quem faria a mediação entre a dimensão política e a dimensão econômica, crucial para que o ‘salto’ de consciência na formação do sujeito fosse possível? Na formulação teórica de Lênin, temos a constatação objetiva para a atual formação social da Rússia:

Lênin começa empreendendo, como é de seu costume, uma verificação dos fatos, uma verificação do processo histórico real; e daí conclui que a consciência de classe, a teoria revolucionária, só pode ser levada ao proletariado ‘de fora’ (GRUPPI, 1978, p. 34).

Aqui, Lênin deixa claro o mediador, a “*força externa*” que irá conduzir as massas para a consciência da luta de classes: o partido revolucionário. Para além, é somente com uma direção e sua teoria revolucionária que será possível dar o passo à frente tão necessário para, *a priori*, a formação política do sujeito e, conseqüentemente, encaminhar esse sujeito, que, com a *teoria externa*, será guiado à revolução.

Após abordarmos alguns elementos do contexto e o lugar da formação do sujeito em Lênin, cabe-nos indagar: qual o lugar do “de fora” que o coloca “de fora” do lugar? Sem essa indagação, as dimensões “*de fora*” e *centralismo* colocam-se deslocadas do contexto histórico. Lênin avança na discussão e desenvolve melhor o debate:

Aqui, como se vê, o conceito ‘*de fora*’ torna-se mais rico. Não se trata de um ‘de fora’ no sentido de que provém ‘de fora’ da classe operária, a partir dos intelectuais mais avançados, mas sim ‘de fora’ da relação imediata entre operário e patrão, no sentido de que, indo além desta relação imediata, enxergam-se as relações de todas as classes sociais entre si, de todas as classes sociais com o Estado, com o poder político, com o governo, no sentido de que se tem uma visão global da sociedade. (GRUPPI, 1978, p. 36).

A objetiva leitura da realidade do desenvolvimento das massas, na Rússia, apontava para dois entraves: o primeiro refere a incapacidade espontânea de a

consciência de classe operária se tornar uma realidade, e uma vanguarda revolucionária não era possível emergir junto ao movimento das massas. O segundo, que a direção ou teoria revolucionária não teria como brotar no interior desse processo, era necessário que uma força externa a esse movimento imediato, padrão *versus* operário, do movimento econômico operário e político burguês, pudesse superar as reivindicações e os reclames operários, para dar o salto político capaz de entender as correlações de forças existentes e que fosse capaz de apresentar os instrumentos de leitura de realidade.

No outro lado da história, nos montes do sul da Itália, (re) encontramos com o início de uma vivência de formação política do sujeito em Gramsci. Temos, pois, um cenário da formação social da Itália, híbrido e agitado politicamente. As reivindicações da classe operária eram expressivas nas primeiras décadas do século XX, sobretudo, na região sul da Itália, empobrecida face ao desenvolvimento industrial do norte. Os sindicatos e os partidos eram operantes e impulsionavam os levantes das massas.

Já o Estado Italiano era cada vez mais cooptado e, mais tarde, dominado pelo Regime Fascista, servindo de grande impulsionador na luta contra esse regime, na formulação dos esboços teóricos e da vida de militância de Gramsci.

Com relação à mobilização e organização da classe operária, à função e atuação dos sindicatos e dos partidos, Gramsci dedicou incondicional análise de realidade e intensa atividade política. O jovem Gramsci, que via na Rússia a inexistência de vivência política dos sindicatos e partidos, deparava-se na Itália com uma efervescência desses, mas a estes últimos fizera severas críticas:

O partido cada dia mais perde o contato com as massas, ele é atingido por ‘uma crise de marasmo e letargia’, ‘por uma crise de infantilismo político’. Mas também consciência da indagação entre a situação política real e o instrumento político de que dispunha a classe operária. (GRUPPI, 1978, p. 222).

O que podemos resgatar é que, na realidade italiana, as massas e seus dirigentes se encontravam politicamente *capengas*, aquém da sua função de dirigir o movimento e, sobretudo, de ser vanguarda nessa direção política, e mais, de ser mediador na formação do sujeito político. Gramsci, em especial no período em que esteve prisioneiro, durante o regime fascista, formula a sua mais densa e profunda análise do partido comunista e das organizações sindicais italianas e culmina por afirmar que *diante das reservas ideológicas da burguesia, as lutas econômicas da classe operária estão sempre em atraso*.

Ao conteúdo da direção desses movimentos, era necessário dar nova forma. Diferente do Estado Russo, rígido, soberano, o Estado Italiano estava mediado pela luta de classe e pelo suporte de instituições de ordem burguesa que complexificavam a tomada pelo poder. Não se trata mais de um levante, um ‘salto’, como na Rússia, mas a espontaneidade do movimento, que deveria ser educada, preparada, em suma: à direção das massas cabia o papel de formar o novo sujeito político que no futuro fosse capaz de autogovernar seus rumos. Exemplificando essa função, Gramsci declarava:

Essa direção não era ‘abstrata’, ela não consistia em repartir mecanicamente fórmulas científicas ou teóricas, ela não confundia a política da ação real com a pesquisa particular do teórico; ela se aplicava a homens reais, que haviam sido formados em condições determinadas, com sentimentos, modos de ver, fragmentos de concepção de mundo determinados, que resultavam de combinações ‘espontâneas’ de um certo meio de produção material com a ‘fortuna’ aglomeração de elementos sociais díspares. Esse elemento de ‘espontaneidade’ não foi negligenciado a menos ainda desprezado: ele foi educado. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 201).

Diante dessa constatação, Gramsci prevê o novo lugar de preparar as massas para o amanhã: a vivência da *hegemonia*. Não mais o agir de uma força externa que sublinha o destino do movimento. Não mais uma direção autoritária, mais pedagógica. Não mais o doutrinamento, mas a autoeducação. A emancipação da classe operária não é mais uma inevitabilidade, mas uma possibilidade do futuro que dever ser antecipadamente experimentado e vivido no presente. Gramsci esclarece o lugar da hegemonia:

Organizar e unificar a classe operária, para que adquira, através de *sua própria experiência* ‘uma consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que acedem ao poder de Estado. Isso significa que essa espontaneidade que se auto-educa nos Conselhos nada tem a ver com uma exaltação libertária da espontaneidade e que ela surge de uma crítica a todas as formas de anarquismo e sindicalismo revolucionário que tanto pesaram sobre o movimento operário italiano’ (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 210).

Temos o lugar do *vir-a-ser* da práxis em Gramsci: o sujeito na sua vivência política plena de se fazer representante e representado, que canaliza as espontaneidades das massas. Esse ‘salto’ qualitativo na formação do sujeito será analisado com mais rigor neste esboço, sugerindo uma nova definição em contrapartida à vivência frente à classe operária de Lênin.

1 A FORMAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO EM LÊNIN: A CONSCIÊNCIA DE AMANHÃ

Nossa tentativa de discorrer algumas considerações sobre a formação do sujeito e a manifestação deste no movimento operário russo perpassa a experiência empírica que se desenrolou no início do século XX, na Rússia, com Vladimir Ilich Ulianov, ou Lênin, como conhecido mundialmente. Muito além de qualquer aproximação axiológica sobre o tema, o esboço pretende permear o método e a tática da formação do sujeito político no pensamento de Lênin, possibilitando, assim, uma apreensão teórica sob o pano de fundo da importante experiência socialista mundial: a Revolução Russa.

1.1 SUJEITO EM LÊNIN: O LUGAR DA DIREÇÃO – TEORIA EXTERNA

A *vocação* do partido, apontada por Lênin, a de dar direção e ‘conduzir’ o sujeito para a *consciência de amanhã*, será o apogeu de toda a militância que o líder russo irá almejar. E a definição dessa *consciência externa* está transversalizada neste enredo: o partido como a *direção* da massa:

O movimento espontâneo dos trabalhadores não escapa sozinho do terreno da luta econômica (salarial), por isso é preciso uma direção política centralizada que saiba transformar, a todo o momento, a luta econômica em luta política (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 21).

No prelúdio de sua atividade de militância, Lênin empenhou-se na busca de clarificar ao proletariado o seu *vir-a-ser*, pois este se encontrava ludibriado pela ideologia burguesa – dizia ele – pelo contexto de exploração e pauperização que vivia o povo russo, acorrentado pela dominação do governo de Czar, que se empenhava na modernização da produção social dos camponeses. Para tal propósito, Lênin valia-se de um método que na época se fizera inovador. Temos a respeito que:

O método utilizado por Lênin no trabalho político dos círculos era bem diferente dos demais intelectuais [...] Ele tinha costume de selecionar textos do ‘Capital’ e, após leitura, explicá-los minuciosamente para, logo depois, entabular uma discussão sobre as condições de trabalho de cada um, fazendo perguntas minuciosas. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 210).

Avançando nossa análise, temos a convicção e dedicação integral do *revolucionário profissional* e de um método “*doutrinário*” que deixou traços determinantes na formação política do movimento operário mundial. Para iniciarmos nossa aproximação, evidenciamos a concepção do próprio Lênin, que desde o início enfatizava:

Trata-se, desde logo, dizer para às massas quando elas estão erradas, demonstrando que, mantidas as ilusões, elas serão fragosamente derrotadas. Trata-se, na oportunidade, fazer com que o partido funcionasse como a *consciência de amanhã*, pois ele era formado pelos operários e revolucionários, em geral, que *já tinha a consciência que o proletariado deveria ter amanhã* (GENRO/FILHO, 1985, p. 76).

Na sua busca pela sintonia com a *práxis* marxista, Lênin concebia que para “ser marxista não é suficiente reconhecer a luta de classes, mas reconhecer a ditadura do proletariado” (GENRO/FILHO 1985, p.22) Logo, temos a sinalização de que a formação do sujeito perpassa a formação do *revolucionário profissional*, isto é, o engajamento a uma vivência política intensa e plena. A esse respeito, a crítica de Lênin não escapa nem a figura de Plekanov, grande estrategista da Revolução na Rússia: “[...] *decepcionava-se com o professor Plekanov, que, na verdade, era um intelectual de indiscutíveis qualidades e com excelente folha de serviços e menos um militante [...]*” (GENRO/FILHO, 1985, p. 21).

Na condução do partido operário russo, Lênin fora submetido a uma crítica significativa: de um *centralismo* na condução do partido que determinava, *a priori*, a consciência de *ser* do sujeito. Para Lênin, a centralização era interpretada como *centralismo*. Justificava que era necessária uma centralização na organização do partido, mas que essa não implicava uma centralização do movimento operário. A esse último, dava-se inclusive uma ênfase, pois seria por meio da expansão e do pluralismo do movimento que este se tornaria *de massas*, tão necessário para uma nova insurreição. Assim, o líder russo justificava e conduzia o partido proletário por meio da *direção deliberativa* que se fazia eleita através de *delegados* de cada organização regional. Esses delegados eram eleitos pela militância operária local e eram responsáveis por aplicar a política votada pela maioria.

Como líder, Lênin continuava convicto da necessidade de uma *teoria externa* que orientasse a formação do sujeito. Para tanto, sinalizava com exaustiva eloquência que a massa era visivelmente mutável às investidas ideológicas da burguesia e, por

vezes, tornando dúbio o projeto de *amanha* do proletariado. Criterioso, durante a insurreição de 1905, Lênin contextualiza sobre as distorções ideológicas:

Na revolução em curso na Rússia, por exemplo, a burguesia estava se aliando à nobreza contra a democracia e o proletariado era a única classe que defendia a verdadeira democracia: o socialismo, por isso, poderia ser o desdobramento desta luta. (GENRO/FILHO, 1985, p. 30).

Essas características e dimensões da *formação* do sujeito foram sendo postas ao longo da militância política de Lênin, passíveis essas de análises e compreensões que dinamizam a intervenção do líder Russo. Algumas dessas análises foram filtradas pelo próprio Lênin e merecem ser colocadas em voga na continuidade desta breve construção.

1.2 A FORMAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO: CONSIDERAÇÕES DE UM LÍDER

Após percorrer aspectos do método e da tática na formação política do sujeito, pretendemos trazer alguns sinalizadores que apontam para uma prévia análise da intervenção de Lênin nas primeiras décadas do século XX. As sinalizações e ponderações foram fruto da própria reflexão de Lênin. Uma pequena parte delas foi encontrada na literatura do contexto da Revolução Russa e incorporada neste esboço.

Como constatação primeira, temos a necessidade da unificação do partido que conduz à massa. Lênin chama a atenção para a superação das organizações independentes que atuam no interior da massa. Num conceito mais propício à literatura da época histórica, temos a necessidade de eliminar os *regionalismos*, sob o conceito de que o pluralismo é necessário para a ampliação da massa militante, mas o *eclétismo* acaba por pulverizar o movimento.

Seguindo, Lênin retoma de forma enfática a volta ao método inicial de formação do sujeito, sendo este o que ele preconizou e o diferenciava dos outros líderes: a organização e formação do *sujeito* dar-se-ão na mediação das relações na sua dimensão embrionária, ou, como muito difundida, pela organização de base. Não mais eficaz é a organização em grandes massas, mas temos a sinalização para uma tática local e interpessoal. Lênin esclarece que é necessário: “[...] reunir cada militante com

quatro, seis ou dez operários, montar uma célula partidária; fazer com que a mesma intervise” (GENRO/FILHO, 1985, p. 30).

O tema da *centralidade* na condução da organização da massa é retomado por Lênin. Assim, a centralidade apresenta seu caráter de *centralismo*, pois se faz necessário não somente ser (*sujeito – consciência*) mandatário de todos os poderes, mas ter, sobretudo, a deliberação de intervir constantemente sob a legitimidade desse poder. A partir dessa acentuada posição, podemos apontar para os pressupostos iniciais deste esboço: o *sujeito* como depositário do destino da massa operária, dada a alegação de que esta carecia de meios para o enfrentamento de posições ideológicas burguesas. Ocorre, desse modo, que o partido *iluminava* o caminho, a massa deveria vir a reboque.

O partido nascia de *cima para baixo*, porque na sua constituição seria preciso privilegiar o movimento de iniciativa política, da consciência, da teoria. Esta tese tinha por base o reconhecimento de que a burguesia era superior em meios e poder... (GENRO/FILHO, 1985, p. 25). O domínio da classe operária estava somente ‘na Constituição, na propriedade e no fato de que somos nós (o partido) que fazemos as coisas andarem’ (HOBBSAWM, 1989, p. 136).

O aspecto da disciplina do militante aliado ao método de *doutrinação*, reforçava Lênin, fizera-se crucial, pois não bastava se sentir membro. As missões revolucionárias, no interior das fábricas, onde se encontravam os trabalhadores, que eram constantes e exaustivas, apontam para tal.

Nesse envolvimento integral de cada militante, o avanço da doutrina socialista entre os grupos no interior do partido, os debates e as discussões tomam corpo e tornam-se constantes. Lênin, rebatendo um membro do Partido Bolchevique, que criticara a intensidade desses debates, sinaliza como positivo:

Que fantástico é nosso congresso, oportunidade para uma luta aberta. Mãos que se levantam. Decisões que se tomam. Superam-se etapas. Adiante! É isso que eu gosto! Isto é a vida. É algo muito diferente das intermináveis discussões intelectuais que, terminam não é porque resolveu o problema, mas porque se cansou de falar. (GENRO/FILHO, 1985, p. 25).

Uma das últimas contribuições de Lênin, ao analisar a formação do sujeito, traz um significativo alerta para o surgimento de duas frações dentro do partido: o *esquerdismo* e o *oportunismo*! O primeiro é tratado de forma mais áspera. Lênin tratava da conquista do poder por parte do proletariado como etapas que seriam superadas: era necessária uma revolução que seria de ordem burguesa – democrática, para que, após a queda do regime Czarista do poder, o Partido Bolchevique fizesse a revolução

socialista. Em seguida, seria a vez de processualmente ir absorvendo as funções do Estado, encaminhando para a *ditadura do proletariado*. Nessa trajetória, Lênin entendia que uma fração do partido não concebia essas etapas, ao contrário, pretendia ignorá-las, tomado por um “aventurismo”, desejava uma ruptura direta para a revolução socialista. Em certos momentos, a ala esquerdista era contra a participação dos membros do partido em eleições e espaços de disputa de poder, alegando a adesão a um *reformismo* e não à revolução. Já o segundo, os *oportunistas*, Lênin identificava que membros do partido tinham inclinação para futuro engajamento aos acordos e negociações paralelas com a burguesia. Eles se valiam do movimento operário, para futuramente, a partir de concessões ou benefícios ofertados pela classe burguesa, serem os primeiros depositários destes.

Esses breves apontamentos não limitam a análise da intervenção do líder russo, mas sinalizam para necessidade prévia de contextualização das categorias de análises aqui ancoradas e, a partir desta, a intervenção de Lênin e sua proposta de formação política do sujeito dá o tom do método e da tática empregados.

2 A FORMAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO EM GRAMSCI

O que torna contemporâneo abordar, na visão de mundo do filósofo/militante italiano Gramsci, é, sobretudo, a possibilidade de apontarmos para uma *nova prática* na formação política, precedida de sucessivas experiências que acompanha o *vir-a-ser* desse novo sujeito. E o sujeito que se pretende novo, que, por ser novo, não pode fazer-se pela certeza quanto ao seu rumo, da tomada linear de consciência de classe para si, mas, da experiência nova, produz uma prática nova, uma prática que, ao transformar a *natureza*², se é transformado (o sujeito). Logo, temos o fim pela indeterminação. O sujeito é novo e, sendo, ainda não o é, é um *vir-a-ser*.

O pressuposto elementar, para Gramsci, na formação do sujeito, encontramos na capacidade da previsão, que é a capacidade de se antecipar diante da incerteza do futuro. Então, o fim está em disputa: a burguesia e suas *reservas* fecundam a ideologia que manipula e fragmenta a classe proletária; essa última, politicamente, apresenta-se frágil, necessita da passagem do sonho para a meta. Sendo assim, a queda do

² Para Marx, a natureza é entendida como o lugar da prática humana. Ver: MARX: vida e obra. José Arthur Giannotti in OS PENSADORES: MARX. Ed. Nova Cultural. 1996, p. 5.

capitalismo não é mais uma inevitabilidade, nem uma probabilidade, mas tão somente uma *possibilidade*. Logo, o aspecto qualitativo do processo tem largo espaço: quem será a vanguarda do processo? Quais as hipóteses que indicam a sua continuidade? Como se dará o método alternativo?

Para tanto, a natureza da possibilidade atenta-nos que o futuro é uma construção do sujeito no presente. Assim, a prática nova deve ser experimentada no hoje, na tentativa de fazer do presente um fragmento do futuro. Aos valores e às bases de uma visão de homem/mundo que projetamos, é necessário que sejam esses vivenciados no espaço coletivo, para que tais valores novos produzam novos “olhares”. Logo, se pretendemos um futuro novo, desafiamo-nos a experiências construídas coletivamente e que sejam organicamente novas, para que de fato tenhamos como *novo* o futuro, e não apenas a projeção do ‘novo’.

2.1 HEGEMONIA: A NOVA (POSSIBILIDADE DE) VIVÊNCIA PRÁTICA

Ao chegarmos a este estágio de desenvolvimento deste ensaio, encontramos o seu ápice calcado na relevante contribuição de Gramsci, ao (re) formular, aprimorar e, dado o distinto desenvolvimento social da Itália face ao da Rússia, (re) significar o conceito de *ditadura do proletariado* e inscrevendo-o como o espaço de desenvolvimento da *hegemonia*. A inclinação de Gramsci para essa nova possibilidade de organização e formação do sujeito ruma para uma nova *práxis* e, dada a relevância, indica-nos a necessidade de importantes acréscimos para o que até o presente fora apresentado.

A hegemonia, para Gramsci, não se apresenta como uma ideia nova, uma elaboração filosófica, mas como o *lugar* do desenvolvimento político-pedagógico do sujeito. Mais, nesse conceito, o coletivo é um sujeito permanente. O sujeito coletivo é capaz de autoeducar as massas, essas (as massas) politicamente elevam esse sujeito coletivo, que poderíamos extrapolar o seu alcance e chamar de *classe para si*. Essa classe se funda organicamente a um *projeto societário*, e esse encontra a sua verdadeira *weltanschauung*³, culminando na possibilidade de novos rumos nessa autogovernança.

O lugar da consciência na hegemonia é crucial e determinante. Superando qualquer crítica ao *espontaneísmo*, Gramsci deixa claro que se trata de uma pedagogia que

³ Termo utilizado para expressar o conceito numa perspectiva de totalidade da concepção de homem e de mundo de cada ser humano.

educa a espontaneidade. Logo, a *consciência incontrolada*⁴ em contato com as massas, no movimento hegemônico, encontra o seu lugar, o seu ser/estar no mundo, a sua função no interior do desenvolvimento do processo de produção. A espontaneidade na formação do sujeito é elementar, é a força criativa, inventiva, capaz de iluminar o imprevisível. E esse movimento do encontro *consigo mesmo*, da consciência com a práxis real, não é imediato, nem unilateral, mas é difuso, contraditório, que ora é autor e ora refém do tempo e da história. Eis a máxima da hegemonia em Gramsci: a tomada da consciência concreta precede o erro, a dúvida, os desvios, a incerteza, as vivências de cada sujeito. E essa hegemonia, que é orgânica, reserva o espaço para a dúvida e o erro, que andam ao lado no caminho do almejado: o encontro da consciência e da práxis:

Podemos dizer que nenhum movimento real adquire repentinamente consciência de sua totalidade, mas por meio de experiências sucessivas, quando toma consciência pelos fatos de que nada do que é, é natural [...] (SADER, 2005, p. 21).

E a dialética desse caminho convida-nos ao exercício contínuo da *construção – desconstrução – (re) construção*, pois essa é a lógica impetuosa do processo, e tendencialmente são permitidos desvios desconstrutivos que podem nos levar a uma *inventiva (re) construção*.

Ao pensarmos no lugar da hegemonia, na formação do sujeito e na apropriação dos instrumentais de leitura concreta da realidade e de potenciais políticos por parte da classe trabalhadora e das massas, nos remetemos a algumas indagações: no que consiste essa educação – formação das massas? Temos, pois, alguns pontos a defender. Em primeiro, elucidamos a necessidade de ‘retornarmos’ às massas, resgatar a sua função de vanguarda no processo produtivo. Sobretudo, autoeducar as massas com vistas a corrigir os desvios dos economicismos, sindicalismos, anarquismos, que caracterizaram um verdadeiro *infantilismo político* (BUCCI - GLUCKSMANN, 1980), que, na maioria das vezes, restringiu as possibilidades de emancipação proletária à luta econômica, estando, na maioria das vezes, essas possibilidades politicamente *capengas* face às *reservas ideológicas* da burguesia.

E do processo de formação – educação ainda nos cabe perguntar: por que o investimento na formação do sujeito tem pauta nas formulações de Gramsci? No período de sua atuação revolucionária, Gramsci vê a Itália invadida por um ‘monstro’ que passa a

⁴ Para Gramsci, o conceito de espontaneidade.

penetrar entre as massas: o fascismo! Esse Gramsci define como “uma dominação da burguesia industrial condicionada por grupos intermediários armados” (BADALONI, 1997, p. 40). A hegemonia seria a tentativa de espaços de autogovernança *versus* o autoritarismo. Esse último afastava as massas e a classe operária de qualquer possibilidade de exercício ou tomada de vanguarda nos espaços de poder. Nas palavras de Gramsci, temos todo o alcance da hegemonia na formação do sujeito:

1 [...] A capacidade de autogoverno das massas, sua capacidade de definir para si novos dirigentes; 2. Sua capacidade de manter a produção, e mesmo superar o nível alcançado anteriormente; 3. Enfim, sua ‘capacidade ilimitada de iniciativa e de criação’ em todas as frentes: tanto a da autodefesa, quanto a das representações teatrais organizadas pelos operários nas fábricas ocupadas (GRUPPI, 1978, p. 221).

Nesse processo de formação, implica apontarmos para a *direção pedagógica* capaz de - *espontaneamente* – *dirigir* o sujeito para a vivência política, esta sublinhada pelo *vir-a-ser* da hegemonia plena: a tomada do exercício político pleno:

Poder-se-ia obter uma transformação radical da psicologia operária, tornar a massa melhor preparada e mais capaz para o exercício do poder, difundir uma consciência dos direitos e deveres do camarada e do trabalhador, uma consciência concreta e eficiente gerada espontaneamente a partir da vivência viva e histórica (BADALONI, 1997, p. 21).

O desafio proposto de sugerir que a *direção hegemônica* em Gramsci poderia apontar para uma nova prática na formação do sujeito, aqui, nessa última defesa, a proposta da hegemonia, o *vir-a-ser* se torna concreto: a experiência da vivência pedagógica das massas é o que torna ‘nova’ a prática e, pedagogicamente, apresenta-se, às massas, uma nova vivência. A elucidação pode ser contemplada com três categorias que são elementares na vivência plena da hegemonia: a *vivência pedagógica*, que supera o mecanicismo do processo, e a formação do sujeito toma a forma da dialética de *ser*: construção – desconstrução – (re) construção; o *tempo*, esse espontaneamente incorpora a vivência da dúvida, da incerteza, do erro, que torna a tarefa da previsão mais complexa, não basta mais prever o previsível; e a *economia/administração*, como instrumentos de análise do desenvolvimento do processo de produção, de que, para qualquer experiência de formação do sujeito, devem-se levar em conta os custos para tal. Assim, podemos considerar:

A destruição é concebida mecanicamente, não como destruição – reconstrução. Nesses modos de pensar, não leva em conta o fator ‘tempo’, e não se tem presente em última análise, a própria ‘economia’, no sentido de que não se compreende como os fatos ideológicos da massa estão sempre em atrasos com relação às fenômenos econômicos de massa. (BADALONI, 1997, p. 21).

Esses argumentos são apenas introdutórios, mas sem deixarem de ser instigantes como o legado de Gramsci. E a problematização das categorias *direção hegemônica* e *vivência pedagógica* pode incitar o surgimento do ‘novo’- não o novo que exclui o velho, mas que revigora quando este parece envelhecer - no processo atual de mobilização e formação política dos sujeitos. Juntamente com capacidade de previsão, esse processo de formação encontra uma nova (possibilidade) prática de vivência política coletiva.

2.2 A FORMAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO: O VIR-A-SER NA POSSIBILIDADE DA PREVISÃO

A previsão presente na formação do sujeito político nos é apresentada como o prelúdio no seu desenvolvimento, como a realização prévia do esboço do futuro no presente. A previsão então é a capacidade da antecipação do futuro. Mais, a previsão é elementar para o *vir-a-ser* na formação do sujeito. Considerando a relevância desta, qualificada como qualidade/virtude, passa a constituir função determinante no desafio da *direção hegemônica*:

O gênio político é reconhecido precisamente por essa capacidade de assenhorear-se do maior número possível de termos concretos necessários e suficientes para fixar um processo de desenvolvimento e, portanto, pela capacidade de antecipar o futuro próximo e remoto [...]. (BADALONI, 1997, p. 24)

Para além de qualificar, é necessário apontar para o possível alcance da previsão na formação do novo sujeito e, para tal, encontramos uma *dupla perspectiva* na previsão: a *previsível* e a *meta previsível*.⁵ E voltamos para a crítica severa: do que impacta prever o previsível? Assim, reconhecemos os limites da proposta, pois a previsão não é previsível na sua totalidade, mas sim, entendida em certos graus de

⁵ O termo aqui sugerido pelo autor refere o contexto para *além de...* - de uma previsão que incorpora o imprevisível, a incerteza, a dúvida e a possibilidade.

previsão. Ao grau de previsibilidade credita-se a capacidade de *assenhorar-se* da realidade objetiva ou, antes disso, de assenhorar-se das ferramentas do processo de trabalho, que desvelam os elementos da forma de *ser* do novo ‘*ser*’ no futuro: entre o objeto e o (ser) sujeito; a nova prática política e o novo (ser) político; entre o Estado e as classes hegemônicas, pois, temos:

[...] a ‘dupla perspectiva’ pode se apresentar em vários graus, dos mais elementares aos mais complexos, que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondente à dupla natureza do Centauro maquiavélico: ferina e humana, de força e de consenso, de autoridade e de hegemonia, de violência e civilidade, do momento individual e do momento universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia etc. (SADER, 2005, p. 34).

Em tese, temos uma nova síntese: a formação do sujeito racional, previsível, é tramada pela formação passional e imprevisível, logo, temos a necessidade da *previsão dupla*, então o gênio político é o que antecipa o futuro na imprevisibilidade do presente. E, para tanto, temos excelente contribuição em Gramsci, que, antes de sonhar com o novo sujeito político, assenhorou-se de uma nova prática:

[...] trata -se aqui de ver se o ‘deve ser’ é um ato arbitrário ou necessário, é vontade ou veleidade, desejo ou sonho com a cabeça nas nuvens. O político em ação é um criador, um instigador, mas não cria do nada nem se move no vazio turvo dos seus próprios desejos ou sonhos. Ele se baseia na realidade efetiva. (SADER, 2005, p. 36).

Então, temos a antecipação do futuro na projeção específica de metas. Não mais o desejo, a vontade, mas a dupla previsão que aponte os rumos do novo sujeito, na relação do *velho* e o *novo*, a *espontaneidade* e a *direção*, o *econômico* e o *político*, o *Estado* e a *classe operária*, a *alienação* e a *emancipação*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, assim como sugerido por Gramsci, apresenta a possibilidade de uma (nova) experimentação - embora teórica, mas entendo a formulação teórica como a sistematização das aspirações práticas - acerca de uma reflexão do lugar e do método da formação política do sujeito. Fiéis ao arcabouço teórico do pensamento de Marx, que tanto respaldou e impulsionou a trajetória

revolucionária dos autores supracitados, submetemo-nos à crítica durante a realização deste ensaio. Primeiramente, a ideia de apresentar a vivência de Lênin e Gramsci fora de contemplar a relação de antagonismo entre eles. A crítica assegurou-nos diante desta apressada elaboração. Sendo assim, como o legado de Marx, desenvolvemos a experiência de cada autor, a partir do seu tempo histórico, das circunstâncias materiais de produção, das relações sociais existentes entre Estado, burguesia e a (possível) formação política do sujeito, levando às últimas instâncias as condições objetivas mencionadas.

A Lênin, no Estado Russo, a formação social que caminhava entre o feudalismo e a industrialização e a inexistência de espaços de vivência política tornavam a tarefa da formação política do sujeito um labor. A constituição da classe operária ainda inexpressiva no período, considerando o fato de 80% da população ser camponesa, tornava mais árdua a tarefa. Talvez a revolução social nessas condições fosse possível apenas precedida de um ‘salto’ ao Estado dominador. A partir dessas análises, as categorias *ditadura do proletariado*, *teoria externa* e *centralismo* passam a ser apreendidas para além de uma justificativa axiológica e *academicista*, mas submetidas a análises de método e tática, sem perder de vista as condições reais de determinada formação sócio-histórica.

Já em Gramsci, temos a estratégica da política na formação do sujeito. A disputa do poder e a revolução social, dadas as condições da formação social da Itália durante as duas primeiras décadas no século XX, não apontam para a vitória sob a tática de um ‘salto’, mas para a estratégia da direção hegemônica. Aliada à cooptação gradual do Estado pelo fascismo e às *reservas* ideológicas da burguesia, a tarefa da disputa pelo poder se complexifica. Assim, a formação política do sujeito necessita de uma nova prática: a *vivência da hegemonia*. As categorias *espontaneidade* e *experiência político-pedagógica* passam a dinamizar e potencializar essa (nova) prática. Cabe especial destaque à capacidade da previsão na formação política, sendo o *gênio político* aquele que se assenhora do futuro, nas palavras de Gramsci. A hegemonia passa a ser o lugar dessa nova prática, que, por meio da vivência político-pedagógica, passa ser *autoeducada*, vislumbrando, nas palavras de Gramsci, o sujeito que autogoverna o seu destino.

As experiências, brevemente abordadas, sugerem, *a priori*, uma análise metodológica que pode ser impulsionadora na formação do sujeito para todos nós,

educadores, gestores e administradores imbricados na prática político-pedagógica. E, por ser tal como é, sugere a *práxis revolucionária*.

E, por fim, o presente ensaio possibilitou a reflexão de que a formação ideal do sujeito é aquela que é possível no seu tempo histórico, iluminada pela arte da previsão e da experiência político-pedagógica.

REFERÊNCIAS

BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão, In: HOBBSAWN, E. **História do. Marxismo**, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. 10 v.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1980.

CORREA, Bernardo; MOURA, Lisandro. (Orgs.). **1917 – 2007: 90 anos na Revolução Russa: Cartilha do Movimento Esquerda Socialista**. Porto Alegre, RS: 2007.

GENRO FILHO, F. T, G. A. **Lênin: coração e mente**. Porto Alegre, RS: Tchê, 1985.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, RJ: Gaal, 1978.

JOHNSTONE, M. Lênin e a revolução. In HOBBSAWN, E. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. 10 v.

KNEI-PAZ, B. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In HOBBSAWN, E. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. 10 v.

MAESTRI, M; CANDREVA, L. **Antônio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2001.

MALAGODI, E. **Marx: vida e obra**. São Paulo, SP: Nova Cultura, 1996. (Os pensadores).

SADER, E. **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.